



SUMÁRIO

Capítulo I

INSERÇÃO DO MEIO AMBIENTE LABORAL NOS SISTEMAS DE SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO E DE DIREITOS HUMANOS E FUNDAMENTAIS	17
Bibliografia	26

Capítulo II

SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO: ENFOQUES GERAIS ...	29
1. Introdução	29
2. Introdução às normas de segurança e saúde no trabalho	37
2.1. Inspeção prévia	53
2.2. Embargo ou interdição	54
2.3. Órgãos de segurança e de medicina do trabalho nas empresas	56
2.3.1. Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho (SESMT)	56
2.3.2. Comissão Interna de Prevenção de Acidentes e de Assédio (CIPA)	62
2.4. Equipamento de proteção individual	68
2.5. Medidas preventivas de saúde no trabalho	73
2.6. Edificações	77

2.7. Iluminação	79
2.8. Conforto térmico	80
2.9. Programa de Gerenciamento de Riscos – PGR	81
2.10. Instalações elétricas	83
2.11. Movimentação, armazenagem e manuseio de materiais	85
2.12. Máquinas e equipamentos	86
2.13. Caldeiras, fornos e recipientes sob pressão	87
2.14. Atividades insalubres e perigosas	89
2.15. Prevenção da fadiga	96
2.16. Condições e meio ambiente de trabalho na indústria da construção	99
2.17. Explosivos	100
2.18. Líquidos combustíveis e inflamáveis	101
2.19. Trabalho a céu aberto	101
2.20. Saúde e segurança ocupacional na mineração	102
2.21. Proteção contra incêndios	102
2.22. Condições de higiene e de conforto nos locais de traba- lho	103
2.23. Resíduos industriais	104
2.24. Sinalização e identificação de segurança	105
2.25. Registro profissional do técnico de segurança do traba- lho	108
2.26. Fiscalização e penalidades	110
2.27. Segurança e saúde no trabalho portuário	111
2.28. Segurança e saúde no trabalho aquaviário	114
2.29. Segurança e saúde no trabalho na agricultura, pecuária, silvicultura, exploração florestal e aquicultura	118
2.30. Segurança e saúde no trabalho em serviços de saúde	124
2.31. Segurança e saúde nos trabalhos em espaços confinados	125
2.32. Meio ambiente de trabalho na indústria da construção, reparação e desmonte naval	128
2.33. Trabalho em altura	129

2.34. Segurança e saúde no trabalho em empresas de abate e processamento de carnes e derivados	131
2.35. Segurança e saúde em plataformas de petróleo	133
2.36. Segurança e saúde no trabalho nas atividades de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos	140
2.37. Segurança e saúde no trabalho realizado em arquivos, bibliotecas, museus e centros de documentação e mória	141
Bibliografia	142

Capítulo III

RESPONSABILIDADE CIVIL DO EMPREGADOR NA INDENIZAÇÃO ACIDENTÁRIA: INTERPRETAÇÃO CONSTITUCIONAL E PROPOSTA DE APERFEIÇOAMENTO ...	143
1. Introdução	143
2. Dano moral e material	145
2.1. Assédio moral e assédio sexual	148
2.2. Violência psicológica no meio ambiente de trabalho	154
3. Responsabilidade civil e relação jurídica de trabalho	157
4. Requisitos da indenização por danos morais e materiais	160
5. Responsabilidade objetiva e o Código de Defesa do Consumidor	161
6. Responsabilidade civil e o Código Civil de 2002	165
7. Prescrição da indenização por dano moral e material decorrente de acidente do trabalho ou doença ocupacional	167
8. Responsabilidade civil do empregador no acidente do trabalho	178
9. Responsabilidade civil do empregador por ato de terceiro	192
9.1. Responsabilidade civil nos casos de trabalho temporário e terceirização	194
10. Critérios para a fixação da indenização por danos morais e materiais	198
11. Conclusão	203
Bibliografia	204

Capítulo IV

DEPRESSÃO E “BURNOUT” NO MEIO AMBIENTE DO TRABALHO: CONSIDERAÇÕES JURÍDICAS, SOCIAIS E CIENTÍFICAS	209
1. Notas sobre a depressão e a síndrome do esgotamento profissional	209
2. Fatores causadores da depressão e condições desfavoráveis de trabalho	212
3. Dificuldades no reconhecimento da depressão como doença profissional	213
4. Transtornos mentais no plano legislativo	215
5. Doenças do trabalho na legislação previdenciária	217
6. A possibilidade de caracterização da depressão como doença do trabalho	218
7. Nexo causal da depressão como doença profissional	223
7.1. Nexo técnico epidemiológico e depressão como doença ocupacional	225
8. Conclusão	228
Bibliografia	230

Capítulo V

CONTROVÉRSIAS SOBRE A ESTABILIDADE ACIDENTÁRIA	233
1. Introdução	233
2. Estabilidade acidentária na jurisprudência	234
2.1. Constitucionalidade do art. 118 da Lei 8.213/1991	234
2.2. Período de estabilidade exaurido	234
2.3. Estabilidade adquirida no curso do aviso prévio	235
2.4. Estabilidade em contrato a prazo determinado	238
2.5. Estabilidade acidentária e norma coletiva: limites e exigência de atestado médico	241
2.6. Reintegração do empregado estável por meio de tutela provisória	242

2.7. Pressupostos para a aquisição da estabilidade acidentária	243
2.8. Duração da estabilidade acidentária	245
3. Estabilidade acidentária e aposentadoria por invalidez (incapacidade permanente) posterior a auxílio-doença acidentário	247
4. Estabilidade acidentária de empregado sem contrato de trabalho formalizado	252
5. Estabilidade acidentária sem emissão de CAT	254
Bibliografia	257

Capítulo VI

ADICIONAL DE INSALUBRIDADE E SUA BASE DE CÁLCULO	259
1. Introdução	259
2. Alcance do óbice constitucional de vinculação ao salário mínimo	260
3. Alcance do termo “remuneração” no art. 7.º, XXIII, da Constituição	275
4. Adicional de insalubridade e salário profissional	280
5. Adicional de insalubridade e servidores públicos	287
Bibliografia	297

Capítulo VII

MEIO AMBIENTE DO TRABALHO: PERICULOSIDADE E EXPOSIÇÃO A RADIAÇÕES IONIZANTES	299
1. Introdução	299
2. Atividades sujeitas ao adicional de periculosidade	299
3. Portaria 518/2003	303
Bibliografia	307

Capítulo VIII

ADICIONAL DE PERICULOSIDADE E SUA BASE DE CÁLCULO	309
1. Introdução	309
2. Base de cálculo do adicional de periculosidade	318
3. Cumulação dos adicionais de insalubridade e de periculosidade	322
Bibliografia	329